



RELATÓRIO FINAL
Auditoria de Transparência Pública no CJF
Exercício 2023

Conselho da Justiça Federal
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA



Secretaria de Auditoria Interna – SAI/CJF

O QUE A SAI AUDITOU?

A SAI realizou auditoria de conformidade dos dados relacionados à Transparência e à Prestação de contas no CJF, bem como o cumprimento dos prazos estabelecidos nos normativos do CJF.

PERÍODO DE REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS

A auditoria foi realizada no período de agosto a outubro de 2023.

ESCOPO DA AUDITORIA

Os dados publicados no Portal da Transparência e prestação de contas do CJF.

O QUE A SAI ENCONTROU?

A auditoria detectou distorções de valores e não-conformidades que resultaram na elaboração de 9 (nove) achados de auditoria, considerando os regramentos legais, infralegais e princípios administrativos no âmbito da Administração Pública Federal.

QUAL A PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO?

No Relatório Preliminar foram emitidas 10 (dez) recomendações para aprimoramento dos processos de trabalho do CJF, das quais 8 (oito) foram atendidas, antes da emissão do presente relatório. O detalhamento da análise das recomendações encontra-se anexo a este relatório.

O monitoramento das recomendações não será realizado, devido a inclusão de nova auditoria de Transparência Pública no Plano Anual de Auditoria – PAA/2024.

Sumário

I – INTRODUÇÃO	4
II – CONSTATAÇÕES DA EQUIPE DE AUDITORIA	5
1 - Inconsistência nas informações do detalhamento da folha de pagamento de pessoal no Portal.....	8
9 – Inobservância do prazo para publicação da lista de veículos oficiais, no Diário Oficial da União e no Portal.....	8
III - CONCLUSÃO	9

Relatório Final de Auditoria

Processo CJF SEI n. 0001461-69.2023.4.90.8000

I – INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao disposto no item 3 do Anexo I e II (id. 0456256 e id. 0456257, respectivamente) do Plano Anual de Auditoria - PAA 2023, aprovado pelo Pleno do Conselho da Justiça Federal nos autos do Processo SEI n. 0002505-51.2022.4.90.8000, a Secretaria de Auditoria Interna (SAI) avaliou, no âmbito do CJF, a Transparência Pública.

2. As informações foram consolidadas no Processo SEI n. 0001461-69.2023.4.90.8000. A Equipe de Auditoria é composta pelos servidores Daniel Martins Ferreira (supervisor), Angelita da Mota Ayres Rodrigues (auditora responsável), Rafaella Peres dos Santos e Ellen Cristina Boaventura (auditoras).

3. O escopo da presente Auditoria foram os dados publicados no Portal da Transparência e prestação de contas do CJF.

4. O objetivo desta Auditoria foi avaliar os dados relacionados à Transparência e à Prestação de contas no CJF, bem como o cumprimento dos prazos estabelecidos nos normativos, conforme orienta o § 1º do art. 22 da Resolução CNJ n. 309/2020 e o § 1º do art. 46 da Resolução CJF n. 677/2020.

5. Na fase de planejamento, foram realizados estudos e pesquisas dos normativos que tratam do tema, análise das informações disponíveis no Portal do Conselho, sendo concluída com a elaboração do Programa de Auditoria (id. 0470358), que indica, dentre outras informações, os critérios adotados.

6. A Equipe de Auditoria atuou por meio das seguintes técnicas:

a) Análise documental: verificação de processos e documentos que conduzam à formação de indícios e de evidências.

b) Exame de Registros: verificação dos registros constantes de controles regulamentares, relatórios sistematizados, mapas e demonstrativos formalizados, elaborados de forma manual ou por sistemas informatizados, verificação do Portal da Transparência e prestação de contas do CJF.

II – CONSTATAÇÕES DA EQUIPE DE AUDITORIA

7. Os trabalhos foram orientados pela questão de auditoria **“Os dados relativos à Transparência pública e prestação de contas no Portal do CJF estão disponibilizados de acordo com os normativos acerca da matéria?”**

8. Ante a amplitude da questão, foram elaboradas subquestões de auditoria, que visam analisar as informações por assunto no Portal da Transparência e prestação de contas do CJF.

Subquestões:

1. O CJF disponibiliza em seu Portal, na área de “Transparência e prestação de contas”, o rol de responsáveis pela gestão do Órgão?

2. O CJF disponibiliza em seu Portal, na área de “Transparência e prestação de contas”, o Planejamento Estratégico e o Relatório de Resultados do Plano Estratégico?

3. O CJF disponibiliza em seu Portal, na área de “Transparência e prestação de contas”, o valor público gerado e a Carta de Serviços ao Usuário?

4. O CJF disponibiliza em seu Portal, na área de “Transparência e prestação de contas”, as principais ações de supervisão, controle e correção adotadas?

5. O CJF disponibiliza em seu Portal, na área de “Transparência e prestação de contas”, a estrutura organizacional, as competências, a legislação aplicável, os principais cargos e seus ocupantes, o endereço e os telefones das unidades e horários de atendimento ao público?

6. O CJF disponibiliza em seu Portal, na área de “Transparência e prestação de contas”, os programas, projetos, ações, obras, atividades, metas e resultados?

7. O CJF disponibiliza em seu Portal, na área de “Transparência e prestação de contas”, os repasses e transferências de recursos financeiros?

8. O CJF disponibiliza em seu Portal, na área de “Transparência e prestação de contas”, a execução orçamentária e financeira detalhada?

9. O CJF disponibiliza em seu Portal, na área de “Transparência e prestação de contas”, as licitações realizadas e em andamento, por modalidade, com editais, anexos e resultados, além dos contratos firmados e notas de empenho emitidas?

10. O CJF disponibiliza em seu Portal, na área de “Transparência e prestação de contas”, mensalmente, os valores pagos a cada um dos ocupantes de cargo/função, posto/graduação a título de remuneração e/ou subsídio, incluindo auxílios, ajudas de custo e quaisquer outras vantagens pecuniárias?

11. O CJF disponibiliza em seu Portal, na área de “Transparência e prestação de contas”, a autoridade responsável pelo monitoramento da implementação da Lei de Acesso à Informação e telefone e correio eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC?

12. O CJF disponibiliza em seu Portal, na área de “Transparência e prestação de contas”, as demonstrações contábeis, com as respectivas notas explicativas?

13. O CJF disponibiliza em seu Portal, na área de “Transparência e prestação de contas”, o Relatório de Gestão?

14. O CJF disponibiliza em seu Portal, na área de “Transparência e prestação de contas”, o processo de prestação de contas anual?

15. O CJF disponibiliza em seu Portal da Transparência informações sobre pessoal?

16. O CJF disponibiliza em seu Portal da Transparência a lista de veículos oficiais utilizados, com a indicação das quantidades das categorias, bem como publica essas informações no Diário Oficial da União?

17. O Portal do CJF possui ferramenta de pesquisa de conteúdo que efetivamente permite o acesso às informações de transparência de forma objetiva, clara e em linguagem de fácil compreensão?

18. O CJF disponibiliza em seu Portal as respostas às perguntas mais frequentes da sociedade?

19. O CJF disponibiliza em seu Portal, anualmente, relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes?

20. O CJF disponibiliza em seu Portal instruções que possibilitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o Órgão?

21. O CJF disponibiliza em seu Portal, anualmente, lista de documentos classificados em cada grau de sigilo?

22. O CJF disponibiliza em seu Portal informações sobre a realização e resultados de audiências públicas, consultas públicas ou outras formas de participação popular?

23. O CJF disponibiliza em seu Portal os resultados de pesquisas de satisfação aplicadas periodicamente junto aos usuários de seus serviços?

24. O CJF disponibiliza em seu Portal informações sobre as sessões do Colegiado?

25. O CJF disponibiliza em seu Portal informações sobre a Ouvidoria do Órgão?

26. O CJF disponibiliza em seu Portal informações sobre a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD?

27. O CJF disponibiliza em seu Portal os planos de auditoria?

9. Das análises realizadas, verificou-se que, para as subquestões 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26 e 27 a resposta constatada foi “sim”; para as subquestões 8, 9, 10, 15 e 16 a resposta constatada foi “parcialmente”.

10. Como possíveis causas das situações encontradas, tem-se a falta de conhecimento dos normativos relativos à Transparência e prestação de contas; a ausência de designação de servidor, em cada Unidade, para ser responsável pela publicação/ atualização das informações obrigatórias; falta de controles administrativos efetivos para a correta disponibilização, atualização e cumprimento tempestivo dos normativos.

11. Como possíveis consequências do não cumprimento das normas, registra-se a possibilidade de dificultar o controle exercido pelas entidades fiscalizadoras e pela sociedade; dificultar o atendimento das demandas dos cidadãos; publicação de informações incorretas, incompletas e/ou intempestivas; falta de clareza das informações; ausência de aprovação da Prestação de Contas do CJF pelo TCU.

12. No Relatório Preliminar (id. 0499513) foram emitidas 10 (dez) recomendações para aprimoramento dos processos de trabalho do CJF, das quais 8 (oito) foram atendidas (2.1, 3.1, 4.1, 5.1, 5.2, 6.1, 7.1, 8.1), antes da emissão do presente relatório. Já as Recomendações 1.1 e 9.1 foram mantidas. O detalhamento da análise das recomendações encontra-se anexo a este relatório.

13. Registra-se, ainda, que as análises foram realizadas baseadas nas informações extraídas do Portal do Conselho da Justiça Federal (www.cjf.jus.br), no período de junho a outubro de 2023, razão pela qual posteriores ajustes e inserção de novas informações por parte da gestão do CJF não foram avaliados pela Equipe da Auditoria.

14. Apresenta-se, a seguir, os achados relacionados às constatações.

Achados	Recomendações
Achado 1 - Inconsistência nas informações do detalhamento da folha de pagamento de pessoal no Portal.	<p>À SGP:</p> <p>1.1 Corrigir os valores de “Indenizações, Gratificações e Diárias” pagos, no detalhamento da folha de pagamento de pessoal, de maneira individualizada, referentes aos exercícios de 2020, 2021, 2022 e 2023, conforme estabelece o anexo I da Resolução CNJ n. 215/2015, no Portal do CJF.</p>
Achado 9 - Inobservância do prazo para publicação da lista de veículos oficiais, no Diário Oficial da União e no Portal.	<p>À ASSEP:</p> <p>9.1 Realizar a publicação até 31 de janeiro de cada ano, no Diário Oficial da União e no Portal, da lista de veículos oficiais utilizados, com a indicação das quantidades em cada uma das categorias e dos grupos.</p>

III - CONCLUSÃO

15. O presente Relatório Final de Auditoria está baseado na Resolução CNJ n. 309/2020, art. 51, e na Resolução CJF n. 677/2020, art. 92, os quais preceituam que, *“para cada auditoria realizada será elaborado um Relatório Final de Auditoria, contendo os resultados dos exames, com base em documentos comprobatórios, que expressem a exatidão do relatório e a precisão das proposições”*.

16. Com base na análise realizada, conclui-se que as Unidades atenderam as Recomendações 2.1, 3.1, 4.1, 5.1, 5.2, 6.1, 7.1, 8.1. Já as Recomendações 1.1 e 9.1 foram mantidas.

17. Dessa forma, os resultados obtidos com o presente trabalho permitem concluir que a transparência pública e prestação de contas, disponibilizada no Portal do CJF, em geral, guarda conformidade com a legislação vigente.

18. Por fim, registre-se que o objeto Transparência Pública será incluído anualmente no Plano Anual de Auditoria – PAA, devido as constantes alterações nos normativos e necessidade de atualização das publicações no Portal.

Rafaella Peres dos Santos

Membro da Equipe

Ellen Cristina Boaventura

Membro da Equipe

Angelita da Mota Ayres Rodrigues

Auditora Responsável

Daniel Martins Ferreira

Supervisor